Tipo de Trabalho: Trabalho Completo
Seção: Atenção Integral à Saúde

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS) NO CENÁRIO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS): UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Karina Angélica Alvarenga Ribeiro. Mestre em Saúde da Família/UFMS. Docente do Centro Universitário Unigran Capital. E-mail: Karina.ribeiro@unigran.br
Caroline Namie Goya dos Santos. Enfermeira. E-mail: caroline.namie13@gmail.com

RESUMO

Introdução: As Práticas Integrativas e Complementares (PICS) são terapias baseadas em saberes tradicionais que visam à prevenção de agravos e à recuperação da saúde por meio de terapias naturais. **Objetivo:** Analisar estudos científicos nacionais sobre as PICS no cenário da Atenção Primária à Saúde (APS). **Método:** Revisão integrativa com coleta de dados entre abril e maio de 2024, em bases de dados nacionais. Foram incluídos artigos em português com foco em PICS na APS. **Resultado**: Foram selecionados 11 artigos publicados entre 2019 e 2024, incluindo pesquisas de campo e revisões de literatura. Constatou que a APS é o local prioritário para a inserção das PICS, embora haja carência de profissionais capacitados e presença de preconceitos, originados por profissionais e usuários da APS. **Conclusão**: As PICS têm sido reconhecidas como política de pessoas e não de Estado, ao evidenciar a ausência de estrutura adequada para sua efetiva implantação na APS.

INTRODUÇÃO

De acordo, com o Ministério da Saúde (MS), as Práticas Integrativas e Complementares (PICS) são recursos terapêuticos fundamentados nos conhecimentos tradicionais, trazendo o objetivo de prevenir doenças e, também, para tratamentos paliativos. Hoje em dia, o Sistema Único de Saúde (SUS) possui 29 procedimentos destas práticas, sendo ofertada gratuitamente (Brasil, 2023).

As PICs são um emaranhado de recursos que atuam nos diferentes aspectos da saúde e por ser um método não medicamentoso, relacionado apenas ao autocuidado, faz com que a escuta acolhedora tenha uma interação entre meio ambiente e sociedade (Aguiar; Kanan; Masiero, 2019). Visam estimular os meios de prevenção de agravos e recuperação da saúde através das terapias naturais, buscando sempre fugir do modelo biomédico e dos medicamentos

farmacêuticos, assim pensando apenas nos recursos naturais e de menos uso de drogas (Mendes *et al.*, 2019).

Essas práticas deram início pela Portaria GM/MS nº 971, de 03 de maio de 2006, que dispõe aos usuários do SUS, opções preventivas e terapêuticas. Ao passar dos anos as práticas foram ampliadas, incluindo 14 práticas em 2017 pela Portaria nº 849, e em 2018, pela Portaria nº 702 inseriram mais 10 práticas. As PICs são integradas e acontecem de forma íntegra e igualitária para todos (Brasil, 2023).

Em 2006, o Ministério da Saúde, atendendo as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), apresenta a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (PNPIC), tendo uma justificativa de que essa política contribuirá pelo fortalecimento dos princípios do SUS, no intuito de colaborar para a integralidade da assistência, centrada no indivíduo (Takeshita *et al.*, 2021).

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares priorizou a implementação na Atenção Primária à Saúde, devido os profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) serem seus maiores provedores do andamento do SUS. Cerca de 78% das ofertas das PICs estão na APS, e nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) (Tesser, Sousa, Nascimento, 2018).

A PNPIC, correlaciona o desenvolvimento das PICs com os princípios que norteiam o SUS, considerando o "ser" em sua totalidade, englobando todas as áreas de sua vida e saúde, mas, sobretudo nunca deixar de observar o indivíduo em sua singularidade (Guilhermino e Guerrero, 2023).

Os benefícios das PICs trazem o relaxamento e o bem-estar, superando qualquer alternativa de tratamento. Também, essas práticas terapêuticas, são relevantes frente a redução da ansiedade, diminuição de dor, bem como proporcionam para seus usuários a socialização, aumento da autoestima, satisfação e acolhimento, estes são apenas uns dos inúmeros benefícios (Barros *et al*, 2020 e Mendes *et al.*, 2019).

Apesar das PICs serem utilizadas por uma quantidade razoável de pessoas, a formação destas práticas no Brasil ainda é de pouca procura e difusa, resultando a restrição da oferta e na qualidade. E além do mais, a visão preconceituosa e desacreditada quanto as PICs ainda é muito pertinente devido à falta de informações sobre o que é, quais são as suas contribuições e quais são as práticas classificadas (Silva *et al*, 2021).

Desse modo, este estudo teve como objetivo analisar os estudos científicos nacionais acerca das práticas integrativas e complementares no cenário da Atenção Primária.

METODOLOGIA

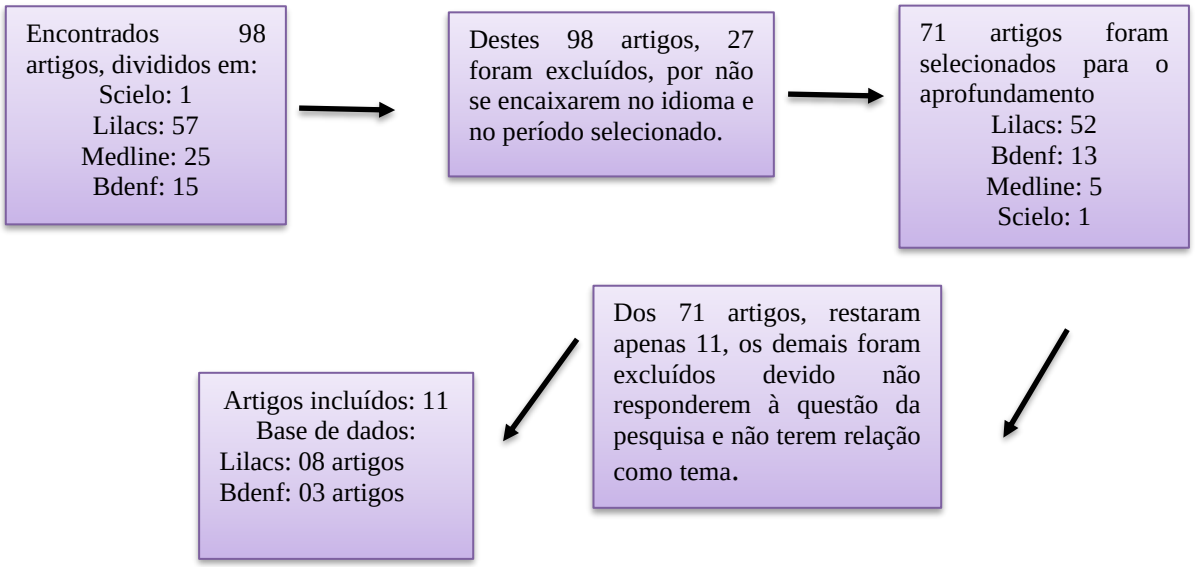
Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, de cunho descritivo, desenvolvida e fundamentada em análises de dados que são conhecidas e reconhecidas por sua excelência, que buscou responder à questão pesquisa: Como as PICs tem sido vistas no cenário da Atenção Primária à Saúde?

A pesquisa ocorreu no primeiro semestre de 2024 e seguiu seis etapas para a elaboração do procedimento metodológico: na primeira etapa foi realizada a seleção da questão norteadora; na segunda etapa foi realizada a delimitação dos critérios de inclusão e exclusão e a busca na literatura nas bases de dados selecionadas; já na terceira etapa definiu-se as informações a serem utilizadas; na quarta etapa foi realizada avaliação dos estudos inclusos na revisão integrativa; na quinta etapa realizou-se a interpretação dos resultados e na sexta etapa foi realizada a apresentação da revisão com a síntese do conhecimento produzido.

Para Soares et al., (2014) a revisão integrativa combinada com outros métodos de pesquisa, concedem à enfermagem bases e evidências do cuidado em saúde de forma coletiva e em colaboração de toda a equipe para abranger o conhecimento científico do cuidado de enfermagem. Os termos utilizados como descritores de acordo com os Descritores em Ciências da Saúde (DECS) foram: “Terapias Complementares”, “Atenção Primária em Saúde”, “Práticas Integrativas e Complementares”, utilizando o operador booleano AND nas associações: Terapias Complementares AND Atenção Primária em Saúde AND Práticas Integrativas e Complementares, nas bases de dados citadas acima. As bases de dados utilizadas escolhidas foram BVS, SCIELO, LILACS, MEDLINE E BDENF. Como critério de inclusão foi usado artigos científicos cuja área temática foi Atenção Primária em Saúde com enfoque nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no período de dez anos, publicado no idioma português, textos completos, disponível na íntegra, pesquisas de campo e de revisões de literatura. Foram excluídos os artigos que se encontravam em outro idioma, se não o português, artigos anteriores fora do período, manuais, dissertações e teses, editorial, opiniões,

anais de eventos, estudos duplicados, pesquisas publicadas por outros membros da equipe multiprofissional e cujo conteúdo não respondiam à questão norteadora deste presente estudo. Para a análise dos estudos selecionados, pautou-se em Polit, Beck e Hungler (2004), que conforme sua teoria, reúne-se os dados e conhecimentos explorados nos textos descrevendo e classificando-os em relação ao delineamento do estudo pesquisado.

Figura 1 - Fluxograma das buscas nas bases de dados sobre as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS):



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

RESULTADOS

A pesquisa em bases de dados resultou em cerca de 98 artigos, subdivididos em: 1 artigos na base SCIELO, 57 na LILACS e 25 na MEDLINE e 15 na BDENF. Após selecionar os filtros, foram excluídas as publicações que não se encaixavam no período de 5 anos, que não estavam na língua portuguesa, e artigos que não tinham relações com o tema. Após isto, restaram 71 artigos, divididos entre as bases de dados, 52 na LILACS, 13 na BDENF, 5 na MEDLINE e 1 na SCIELO. Após utilização de todos os critérios de exclusão, foram selecionados 11 artigos entre duas bases de dados, sendo, 08 artigos na LILACS e 3 na BDENF. Desta maneira, após a exclusão dos artigos que não correspondiam com o tema da pesquisa, estes 11 artigos

selecionados dão mais ênfase frente ao objetivo desta pesquisa. Esses artigos estão elencados no Quadro 1 pelo seu ano de publicação; autor; título; objetivos e resultados.

Quadro 1. Descrição dos artigos utilizados na revisão pelo seu ano de publicação; autor; título; objetivos e resultados.

ANO	AUTOR	TÍTULO	OBJETIVOS	RESULTADOS
2019	BARBOSA. F. E. S., *et al.*	Oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Estratégia Saúde da Família no Brasil.	Analisar as ofertas das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) na Estratégia Saúde da Família (ESF), a partir da convergência da resposta de gestores e profissionais.	De acordo com este estudo, as PICs esteve presentes em alguns municípios, ressaltando sobre a pequena quantidade, e também sobre a necessidade de apropriação por parte dos gestores.
2019	RUELA. L. O., *et al.*	Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura.	Objetivo deste estudo foi analisar a implementação, o acesso e o uso das PIC no Sistema Único de Saúde (SUS) após a implantação da política.	Percebe-se que as informações e conteúdos sobre as PICs ainda é escassa, mas, que mesmo assim o resultado é considerado positivo.
2020	BARROS. L. C. N., *et al.*	Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde: Percepções dos Gestores dos Serviços.	Compreender os sentidos atribuídos pelos gestores dos Serviços da Região Metropolitana de Goiânia sobre a oferta de Práticas Integrativas e Complementares (PIC) na Atenção Primária à Saúde (APS).	Neste contexto, os entrevistados relataram ter conhecimento e entender as PICs, porém ainda é relatado muita insegurança e dificuldade em conceituar as mesmas.
2021	MARTINS. P. G., *et al.*	Conhecimento popular e utilização das práticas integrativas e complementares na perspectiva das enfermeiras.	Analisar o conhecimento dos enfermeiros da Atenção Primária em Saúde sobre as Práticas Integrativas e Complementares em saúde e sua utilização.	Conclui-se sobre a importância das PICs frente à saúde na comunidade, e que a maioria da população usuária são idosos.
2021	GALHOTO. R., *et al.*	Perspectivas e desafios dos profissionais na inserção da prática plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária à Saúde, no município de Gaspar, SC.	Objetiva verificar o conhecimento, auxiliar as ações e esclarecer as percepções dos profissionais sobre a inserção desta prática.	Observou-se que todos os participantes acertaram as questões que foram propostas, entretanto, relata insegurança devido a falta de conhecimento.
2022	CARRER. C., *et al.*	Atenção primária e capacitação profissional para aplicação das práticas integrativas e complementares: revisão integrativa.	Analisar o processo de formação e capacitação profissional para as Práticas Integrativas e Complementares (PICS) e propor estratégias de Educação Permanente em Saúde (EPS).	Resultados colocados em quatro categorias, como: a formação e educação profissional das PICs; conhecimentos e vantagens da capacitação e aplicação das PICs; as PICs mais utilizadas e quais áreas estão em maior prevalência.

2022	DINIZ. F. R., *et al*.	Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde	Identificar as práticas integrativas e complementares realizadas pelos profissionais da saúde nas Unidades Básicas de Saúde.	Realizado com 16 participantes, com idades variáveis entre 33 a 59 anos, onde verificou quais práticas são aplicadas, e como são realizados os registros, sejam eles, eletrônicos ou manuais.
2023	CARVALHO. A. M. S., *et al*.	Práticas integrativas e complementares em saúde na atenção primária à saúde de Mossoró RN.	Avaliar o uso destas práticas nas Unidades Básicas do município de Mossoró/Rio Grande do Norte.	Participantes deste estudo foram cerca de 23 gerentes, dos quais demonstraram conhecimento sobre as PICs, e que a falta de capacitação se dá devido à escassez de material e recursos.
2023	QUEIROZ. N. A., *et al*.	Uso das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde por profissionais dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica.	Objetiva conhecer a compreensão de profissionais dos Nasf-AB sobre a utilização das PICS na sua atuação no município de Jaboatão dos Guararapes.	Evidenciou-se que a auriculoterapia se tornou campeã em quesito utilização, seja ela utilizada de forma coletiva ou individual, e muitos utilizam devido a saúde mental.
2023	SILVA. P. H. de.; OLIVEIRA, E. S. de.	Práticas integrativas e complementares na Atenção Primária à Saúde: percepções dos profissionais sobre a oferta dos serviços na região metropolitana de Goiânia.	Compreender as percepções dos profissionais de saúde que ofertam Práticas Integrativas e Complementares sobre a utilização desses serviços de Atenção Primária à Saúde na região metropolitana de Goiânia.	Entende-se que a oferta destas práticas necessita de apoio dos gestores. Verificou-se que há também falta de infraestrutura e a despadronização dos prontuários.
2023	MILDEMBERG. R., *et al*.	Práticas Integrativas e Complementares na atuação dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde	Analisar o conhecimento e o uso das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) na atuação dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde (APS).	Cerca de 22,1% dos participantes buscam as PICs, foram identificadas as PICs que estão em maior prevalência, e ficou evidente o reconhecimento do profissional enfermeiro sobre estas práticas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

DISCUSSÃO

Assim, a partir dos resultados encontrados nos artigos e levando em consideração os objetivos deste presente estudo, foram divididas em três categorias para realizar a análise e discussão do conteúdo, sendo elas: Práticas integrativas e complementares no cenário da Atenção Primária; Práticas Integrativas Complementares mais utilizadas e profissionais envolvidos e Implementação das Práticas Integrativas e Complementares nos serviços de saúde *versus* desafios e dificuldades. Sendo assim, feita a escolha das categorias e leitura minuciosa dos artigos podemos observar que alguns artigos contemplaram mais de uma categoria. Alguns artigos traziam o enfermeiro como profissional capacitado e suas dificuldades.

3.1 Categoria 1 – Práticas Integrativas e Complementares no cenário da Atenção Primária à Saúde

Atenção Primária à Saúde é a porta de entrada para estas práticas, no qual garantirá o cuidado continuado, visando aumentar a resolutividade das queixas apresentadas, onde trará a reorganização do modelo assistencial, orientando e tendo uma visão holística do ser humano (Barbosa *et al*., 2019; Queiroz *et al.*, 2023). A APS é considerada o local prioritário para a inserção das PICS, implementado pela PNPIC e reconhecidas pelo Ministério da Saúde (Barbosa *et al.*, 2019).

A Atenção Primária possui um papel essencial frente a implementação e distribuição das PICS, pois, por ser uma porta de entrada, faz com que o usuário se sinta mais acolhido, devido a escuta qualificada. Vale ressaltar, que a PNPIC enfatiza o cuidado integral do usuário, ofertando outras formas de tratamento.

As PICS auxiliam diretamente na redução gradativa do uso de métodos farmacológicos (Carrer *et al.*, 2022). Sendo consideradas como uma estratégia de saúde para a adversidade e o modernismo, pois, avalia e trata o ser humano de uma forma integral, diferente do modelo biomédico, fazendo com que o tratamento e as queixas sejam tratados de forma natural, ou seja, produz efeitos à cura de dentro para fora. Além do mais, é considerada uma prática alternativa devido a sua escuta qualificada e o acolhimento que os clientes recebem quando vão em busca de terapias alternativas (Ruela *et al.*, 2019).

É válido dizer que as PICS auxiliam a promoção do autocuidado, e também cria um vínculo terapêutico com seus pacientes, pois, através da escuta qualificada se torna um processo com maior facilidade e ênfase na saúde integral do indivíduo.

A redução dos métodos farmacológicos traz inúmeros benefícios quanto a saúde física e mental, pois muitos se adaptam a medicamentos e começam a ter uma certa dependência, com isto, as PICS vieram para minimizar este uso abusivo, fazendo com o que o cliente possa curar-se de dentro para fora, com enfoque na sua integralidade.

Caracterizadas como meios de intervenções naturais, as PICS são nomeadas “medidas não farmacológicas”, no qual buscam incentivar abordagens que irão trazer prevenção de agravos e

recuperação da saúde, fazendo aproximação do ser humano e do meio ambiente. A *priori*, buscam a promoção da autonomia e tratamento desejado pelo paciente (Diniz *et al*, 2022).

As PICS no âmbito da Atenção Primária tem sido observada apenas como um modelo de saúde, voltado para a fragmentação e especialização, desta forma, estas medidas acabam deixando a oferta das PICS em segundo plano, o qual não se dá continuidade (Barros *et al*, 2020*).*

Estas práticas alternativas por muitas das vezes durante as consultas são colocadas como uma primeira opção, deixando os meios farmacológicos como uma segunda opção. Mesmo que a APS seja o principal meio e o principal agente nesta temática, é preciso que os três níveis de saúde se conversem para que se consolidem em um cuidado integral e acesso universal das PICS.

A APS tem por objetivo a promoção, prevenção e manutenção da saúde, visando isto, as PICS neste cenário veio para contribuir com estes objetivos, pois, por serem terapias alternativas, de meios não farmacológicos faz com que o usuário se sinta capaz e eficiente sobre seu próprio bem-estar.

Neste cenário é importante ressaltar que devido à falta de recursos, muitos profissionais utilizam recursos próprios, e em um certo momento deixam de realizar estas terapias na APS por algum motivo, acaba tornando-se descontínuo e ineficaz, indicando ser uma política de profissionais.

3.2 Categoria 2 – Práticas Integrativas Complementares mais utilizadas e profissionais envolvidos

Dentre os 11 artigos selecionados para responder o quesito profissionais e PICS, percebe-se que os profissionais mais atuantes nas práticas são os agentes comunitário de saúde, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, médicos e assistentes sociais. De acordo com a PNPIC todos os profissionais que possuem ensino superior, e formação em áreas da saúde, podem ser capacitados. E referente ao objetivo proposto, observou-se que a minoria dos profissionais possui capacitação, o que configura a falta de interesse dos mesmos em abranger seu leque de conhecimento e proporcionar outras alternativas de tratamento aos usuários.

O profissional enfermeiro possui uma visão sobre as PICS, muitos relatam ter ciência e conhecimento sobre o que é, mas, não sabem dizer com firmeza e clareza para os usuários,

outros conhecem e até mesmo já participaram de capacitações, porém, não coloca em prática. Sabe-se que as práticas integrativas e complementares em saúde são utilizadas no âmbito multiprofissional, todavia, a enfermagem foi pioneira no Brasil quanto a reconhecer as PICS como uma alternativa de cuidado (Mildemberg *et al.*, 2023).

A enfermagem veio para fortalecer o vínculo terapêutico com o paciente, através da escuta e do acolhimento. O profissional enfermeiro tem um papel essencial na aplicação das PICS devido a "assistir holisticamente" seus pacientes, para que, possa avaliar o indivíduo em um contexto geral, favorecendo o processo saúde-doença.

Ainda há um viés que deve ser trabalhado, que é a questão da troca de conhecimentos entre profissional e usuário, muitos usuários possuem um certo receio de medo de contar a utilização de meios não farmacológicos para alívio dos sintomas, pois, sempre que contam acabam sendo repreendidos e levando "broncas" (Martins *et al.*, 2021).

Alguns profissionais podem até serem capacitados, mas devido a demanda e os outros afazeres acabam não realizando, deixando claro que este não é o momento para a utilização das PICS, pois, acarretará atrasos nos atendimentos e até mesmo sobrecargas (Silva e Oliveira, 2023).

Os profissionais capacitados por muita das vezes deixam de realizar a oferta das PICS, por falta de incentivo, e até mesmo pela questão de a demanda de paciente ser alta, mas a indagação que fica é: demanda alta, várias queixas, e como as PICS poderiam contribuir para a minimização disto? Pois bem, as PICS vieram para fortalecer o vínculo terapêutico, e trazer a promoção e prevenção da saúde dos usuários, com isto fica evidente que com o atendimento das PICS e suas contribuições iriam favorecer esta diminuição.

Consideramos alguns profissionais capacitados e que realizam a oferta das PICS, sendo eles: enfermeiro, agente comunitário de saúde, assistente social, fisioterapeuta, médicos e nutricionista (Carvalho *et al.*, 2023).

Além destes profissionais citados nesta pesquisa, há outros profissionais que a PNPIC traz para a capacitação em PICS. Esta política impõe que todos os profissionais que atuam na APS possam se aperfeiçoar e desenvolver sobre estas práticas, tais como: todos que possuam nível superior em saúde, massagistas, terapeutas artísticas e etc.

Podemos observar que as PICS ainda estão sendo mascaradas, devido a população ter o conhecimento mais voltado somente as Plantas Medicinais, nas quais a população idosa tem

uma maior adesão devido ser passado de geração em geração. As Plantas medicinais podem ser usadas de diversas formas, e que por ser um método que vem desde a ancestralidade a população acaba tendo ciência e confiança apenas nesta prática (Martins *et al.*, 2021).

Observou-se que as práticas mais utilizadas nos estudos selecionado são as: meditação; acupuntura; fitoterapia; ventosaterapia; yoga; shantala; auriculoterapia e aromoterapia (Carvalho *et al.*, 2023). Reiki; terapia de florais; reflexologia podal; terapia comunitária integrativa; massoterapia (Barbosa *et al*., 2019; Queiroz *et al.*, 2023). Homeopatia; tai chi chuan; arteterapia (Barros *et al.*, 2020). Acrescentou-se: massagem relaxante; reflexologia; cromoterapia; terapia holística e plantas medicinais (Diniz *et al.*, 2022).

Ao todo foram 21 práticas integrativas e complementares, desta forma fica evidente que não são todas que estão inseridas nos processos do cuidado e nas APS. A PNPIC dispõe de 29 terapias alternativas, todas elas são oferecidas gratuitamente nos serviços de saúde, mas para que ocorra essa oferta é necessário o aperfeiçoamento dos profissionais através de cursos.

Ainda há muito o que se evoluir quando se trata de profissionais capacitados frente as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.

3.3 Categoria 3 – Implementação das Práticas Integrativas e Complementares nos serviços de saúde X desafios e dificuldades

Um obstáculo característico e que carrega consigo um pré conceito sobre as PICS é a questão da escassez de evidências científicas e pela falta de logística. Estas práticas só começaram a ter avanços quando se passou de apenas médicos capacitados para profissionais não médicos. Entretanto, as adversidades para esta consolidação se dão através da falta de conhecimento dos profissionais, pois, não entendem a importância, e os benefícios que trazem para o usuário (Ruela *et al.*, 2019).

O pré conceito começa através dos profissionais, onde muitos não sabem o que é, e não buscam conhecimento devido ao “comodismo”, ou até mesmo pelas sobrecargas do dia a dia, mas para que a disseminação das PICS seja eficiente e concreta é necessário que comece dentro das APS, pois a mesma é a porta de entrada.

Alguns gestores da APS demonstraram falta de conhecimento frente as PICS, onde muitos confundiram estas práticas com fisioterapia (?) e indagações fora do contexto. Entretanto, quando são questionados devido a integralidade e promoção à saúde, muitos contextualizam de forma interessante, com intuito de que conseguem criar vínculos com o paciente, recebendo relatos de melhora após a utilização. Posto isto, fica evidente que quando se tem uma aproximação e um vínculo maior com o paciente aquilo realmente se torna uma prevenção e promoção à saúde (Barros *et al.*, 2020).

Diante do exposto, as PICS e sua implementação ainda obtém de muitos pontos negativos e complicados, a falta de apoio, estrutura, sobrecargas, recursos básicos faz com que a implementação se torne mais difícil, pois, muitos tem o interesse em fazer mais por seus pacientes e trazer o bem-estar e métodos não farmacológicos, porém, a falta de incentivo e auxílio acaba tornando ineficaz. E no final, acabando realizando a ofertas das PICS com recursos próprios (Barbosa *et al*., 2019; Queiroz *et al.*, 2023).

A inserção das PICS se dá através da Política, mas para que ocorra da maneira adequada é necessário que as três uniões se conversem e entre em um consenso quanto a recursos financeiros para subsidiar as capacitações e as aplicações nas unidades de saúde.

A implementação das PICS se dá por meio do conhecimento das práticas e da política, mas, muitos não a conhecem, ou já ouviram falar por cima, por isso, a inserção destas práticas se tornam complexas (Diniz *et al.*, 2022). Contudo, abrange também a falta de informações na internet e outros meios, ainda é de certa forma uma política crua, sem muitos saberes.

A falta de capacitação sobre as PICS e sua implementação se dá devido ao baixo número de interesse sobre as ações de promoções à saúde, a famosa sobrecarga está inserida em todos os contextos e questionamentos. Em alguns locais notou-se, a expansão das PICS na APS, na tentativa de modificar o processo saúde-doença, estimulando o autocuidado (Barbosa *et al.*, 2020)

A disseminação do conhecimento sobre as PICS tem uma grande fragilidade, devido à falta de interesse e de desvalorização destas práticas frente a promoção da saúde. Isto, se dá pela falta de educação permanente em saúde e no processo educativo. Participantes de alguns estudos relataram sobre as percepções na implantação da prática, e questões como insegurança do

profissional, para passar os fitoterápicos, falta de apoio da gestão e infraestrutura para aplicação destas práticas, foram algumas das dificuldades elencadas (Galhoto *et al.*, 2021).

Alguns dos profissionais queixam-se quanto a repasses financeiros tanto para a capacitação quanto para a aplicação, porém, os mesmos se sentem desamparados, pois tem o intuito de trazer algo novo, algo que trará resultados diferentes do comodismo "meio farmacológico", mas são desamparados, e não recebem o incentivo (Galhoto *et al.*, 2021).

Vale ressaltar que durante o processo de formação é necessário que faça a inclusão desta temática na graduação, principalmente na formação do profissional enfermeiro, pois, ao estar inserido nos processos pedagógicos faz com que o futuro enfermeiro já saia da graduação com desejo de realizar a capacitação (Carrer *et al.*, 2022).

Para a implementação das PICS desde os primórdios da graduação, é necessário que os acadêmicos tenham ciência e conhecimento destas práticas dentro das universidades, as quais poderão abrir um leque de oportunidades no futuro destes profissionais. Pois, ao conhecerem e notarem a sua eficácia buscarão capacitação, a fim de criarem vínculo com o paciente.

Muitos profissionais tem a capacitação, mas, não colocam em prática devido a insegurança, por conta da falta de conhecimento dos usuários (Mildemberg *et al.*, 2023).

Para mais, sabe-se que por ser uma Política nova, e pouco falada muitos profissionais tem receio de coloca-las em prática, ou de oferta-las aos usuários, devido confundirem com crenças religiosas ou meios que não são eficazes e afins. Para isto, é necessário que os profissionais possam deixar estes receios de lado, pois somente com a propagação das PICS e seus benefícios que as mesmas serão aceitas pelos usuários da Atenção Primária.

CONCLUSÕES

As PICS têm sido vistas como práticas em constante evolução na Atenção Primária à Saúde. Muitos profissionais reconhecem seus benefícios para o cuidado assistencial e para o paciente, promovendo a humanização e a individualização do atendimento. No entanto, ainda enfrentam resistência, falta de estrutura, escassez de capacitação e preconceito. Mesmo assim, são percebidas como uma alternativa eficaz para a promoção do autocuidado e prevenção de agravos, embora ainda se configurem mais como uma política de pessoas do que de Estado.

Sugere-se a realização de novos estudos que aprofundem o conhecimento sobre as PICS e contribuam para a ampliação de sua implementação nas unidades de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Terapias Complementares; Atenção Primária à Saúde; Práticas de Saúde Integrativas e Complementares.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.; KANAN, L. A.; MASIERO, A.V. Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. **Saúde Debate**, v. 43, n. 123, p. 1205-1218, OUT-DEZ 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/5NdgGYwFCNsQPWZQmZymcqM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 set. 2023.

BARBOSA, F. E.S.; GUIMARÃES, M. B. L.; SANTOS, C. R. dos; BEZERRA, A. F. B.; TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C. de. Oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Estratégia Saúde da Família no Brasil. **Cadernos De Saúde Pública**, v. 36, n. 1, e00208818, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00208818>. Acesso em: 26 abril 2024.

BARROS, L. C. N.; OLIVEIRA, E. S. F. de.; HALLAIS, J. A. S.; TEIXEIRA, R. A. G.; BARROS, N. F. de. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde: Percepções dos Gestores dos Serviços. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 2, e20190081, 2020. Disponível em <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000200204&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2024

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/pnpic>. Acesso em: 6 out. 2023.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS completa 17 anos. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/politica-nacional-de-praticas-integrativas-e-complementares-no-sus-completa-17-anos>. Acesso em: 6 out. 2023.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Departamento de Atenção Básica, 92 p., 1. Ed., 2006. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>. Acesso em: 6 out. 2023.

CARRER, C.; MARCHINI, J. G. S.; KHALAF, D. K.; FREIRE, M. H. S. Atenção primária e capacitação profissional para aplicação das práticas integrativas e complementares: revisão integrativa. **Espaço para a Saúde.** Artigo de revisão, v. 23, *e*887, 2022. Disponível em:

https://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosaude/article/view/887/677>. Acesso em: 26 abr. 2024.

CARVALHO, A. M. S.; SILVA, H. R. da.; MARINHO, J. L. C.; FREIRE, G. M.; MARTINS, R. R.; BRITO, T. S. de. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Atenção Primária à Saúde de Mossoró –RN. **Revista Ciência Plural**, v. 9, n. 3, *e*33368, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/33368/18083>. Acesso em: 26 abr. 2024.

DINIZ, F. R.; CEOLIN, T.; OLIVEIRA, S. G.; CACAGNO, D.; CASARIN, S. T.; FONSECA, R. A. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde. **Ciência Cuidado Saúde**, v. 21, *e*60462, 2022. Disponível em:<http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-38612022000100216&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 abril 2024.

GALHOTO, R.; BARBA, F. F. M. de.; ZENI, F.; ZENI, A. L. B. Perspectivas e desafios dos profissionais na inserção da prática plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária à Saúde, no município de Gaspar, SC. **Revista Atenção Primária à Saúde**, v. 24, n. 4, p. 727-45, out-dez, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/28743/24631>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MARTINS, P. G.; BRITO, R. S.; SANTOS, P. C. M. dos.; LAVERDE, C. R.; OLIVEIRA, N. F. de.; CALÍOPE, P. Conhecimento popular e utilização das práticas integrativas e complementares na perspectiva das enfermeiras. **Journal Nursing and Health-Faculdade de Enfermagem/UFPel**., v. 11, n. 2, *e*2111219495, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19495>. Acesso em: 24 abril. 2024.

MENDES, D. S.; MORAES, F. S. de.; LIMA, G. O.; SILVA, P. R. da.; CUNHA, T.A.; CROSSETTI, M. G. O.; RIEGEL, F. Benefícios das práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem. **Journal Health NPEPS**, v. 4, n.1, p. 302-318, jan-jun, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/3452>. Acesso em: 2 set. 2023.

MILDEMBERG, R.; PAES, M.; SANTOS, B. M. dos.; DALMOLIN, I. S.; BRUSAMARELLO, T. Práticas Integrativas e Complementares na atuação dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde. **Escola Anna Nery,** n. 27, *e*20220074. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2022-0074pt>. Acesso em: 26 abril 2024.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. 9a ed. Porto Alegre (RS): Artmed, 2004.

QUEIROZ, N. A. de.; BARBOSA, F. E. S.; DUARTE, W. B. R. Uso das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde por profissionais dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica. **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, v. *33*, e33037. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333037>. Acesso em: 26 abril 2024.

RUELA, L. O.; MOURA, C. C.; GRADIM, C. V. C.; STEFANELLO, J.; IUNES, D. H.; PRADO, R. R. do. Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 24, v. 11, 4239–4250, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.06132018>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SILVA, J. F. T. *et al*. Os desafios para a implementação das práticas integrativas e complementares na atenção primária à saúde. **Revista de Casos e Consultoria/Periódicos UFRN**, v. 12, n. 1, *e*26298, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/26298/14782>. Acesso em: 2 set. 2023.

SILVA, P. B. da.; OLIVEIRA, E. S. F. de. Práticas integrativas e complementares na Atenção Primária à Saúde: percepções dos profissionais sobre a oferta dos serviços na região metropolitana de Goiânia. **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, v. 33, *e*33027, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333027>. Acesso em: 26 abril 2024.

SOARES, C. B.; HOGA, L. A. K.; PEDUZZI, M.; SANGALETI, C.; YONEKURA, T.; SILVA, D. R. A. D. Revisão Integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. Artigo de Revisão. **Revista Escola Enfermagem USP**, v. 48, n. 2, 335-345, 2014. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/295f5169-922c-4f8f-99fe-96b965bf9e2c/SOARES%2C%20C%20B%20doc%20126.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

TAKESHITA, I. M.; SOUSA, L. C. S.; WINGESTER, E. L. C.; SANTOS, C. A. dos.; AROEIRA, A. S.; SILVEIRA, C. P. A implementação das práticas integrativas e complementares no SUS: revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 7848-7861, mar-abr, Cutitiba, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/27942/22110>. Acesso em: 2 set. 2023.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. S. de.; NASCIMENTO, M. C. do. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira. **Saúde e Debate,** v. 42, Número Especial 1, p. 174-188, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/SY9PZWpk4h9tmQkymtvV87S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2023.